

## CAMPANHA SALARIAL/2017-2018

# Trabalhadores aprovam e pautas são protocoladas nos sindicatos patronais

**E negociações já começaram; a primeira rodada foi com o setor do Vidro**

Os vidreiros, ópticos e ceramistas, presentes à assembleia realizada no dia 22 de setembro, discutiram e aprovaram as pautas de reivindicações da nossa Campanha Salarial/2017-2018. E a diretoria do Sindividro não perdeu tempo e já protocolou os documentos nos sindicatos patronais do Setor Óptico e do Vidro.

Os patrões do Óptico ainda não responderam ao pedido de abertura de negociações. Mas, no Vidro já tivemos uma primeira rodada de conversa. E este primeiro encontro permitiu aos dirigentes sindicais terem uma ideia de

como serão as negociações salariais deste ano.

A reforma trabalhista, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer, que entra em vigor no dia 11 de novembro, colocou “a faca e o queijo” nas mãos dos patrões. Antes mesmo de valer, as mudanças já pairaram como um fantasma sobre as mesas de negociações entre trabalhadores e patrões.

Os empresários querem adequar as convenções coletivas ao que prevê a reforma trabalhista. Afinal de contas, ela



promove mais de cem modificações na CLT, com impactos diretos na vida do trabalhador.

Por isso, a diretoria do Sindividro reforça a necessidade da categoria participar mais ativamente das atividades da campanha salarial. A habilidade e a capacidade de negociação dos dirigentes sindicais podem não ser suficientes para assegurar os direitos e conquistas dos trabalhadores. Vai ser necessário “aquele algo mais”: a nossa velha e boa disposição de luta

### PAUTAS ESPECÍFICAS

Além dos sindicatos patronais, a diretoria do Sindividro vai protocolar as pautas de reivindicações nas empresas que não estão abrangidas por convenções do sindicato patronal, como no setor das cerâmicas, por exemplo. O objetivo é assegurar também para estes companheiros os mesmos direitos do conjunto da categoria.

## Vidros do Brasil fecha as portas

A Vidros do Brasil, instalada em Campinas, encerrou suas atividades definitivamente, fechou as portas e demitiu todos os trabalhadores. Nos últimos meses, ela empregava cerca de 20 funcionários que, agora, estão de volta ao mercado do trabalho, a procura de nova colocação.

A empresa alegou queda nas vendas, que resultou em dificuldades para continuar fazendo frente aos seus compromissos. Ela produzia tampões de vidros para mesas, vidros para armários de banheiro, entre outros produtos.

A Vidros do Brasil era uma empresa muito antiga em Campinas. Mas, ao longo dos anos, ela foi vendida para outros proprietários. Esta mudança de controle também provocou várias mudanças em sua razão social.

Além de homologar as rescisões dos contratos de trabalho, a diretoria do Sindividro está acompanhando atentamente a situação e orientando os trabalhadores sobre a garantia dos seus direitos. Inclusive, se for o caso, como ingressar com ações na Justiça do Trabalho.

**FIQUE SÓCIO DO SEU SINDICATO. VIRA E MEXE VOCÊ PRECISA DELE!**

# A reforma trabalhista altera mais de cem pontos da CLT

A reforma trabalhista é o mais violento ataque sofrido pelos trabalhadores ao longo da história. Ela modifica mais de cem pontos da CLT. Os defensores da reforma dizem que isso dará mais poder para o trabalhador negociar com o seu patrão. Mas, quem conhece a relações de trabalho no Brasil, sabe que isso não é verdade. A maioria dos trabalhadores não têm condições de negociar com o seu patrão em condições de igualdade.

Um dos principais pontos da reforma abre a possibilidade para que negociações entre trabalhadores e empresas se sobreponham à legislação trabalhista, o chamado “acordado sobre o legislado”. Poderão ser negociados à revelia da lei o parcelamento de férias,

a jornada de trabalho, a redução de salário e o banco de horas.

As negociações coletivas também podem ficar abaixo do piso legal. Se os trabalhadores não tiverem muita força, no mínimo para garantir o que está previsto em lei, eles podem perder benefícios em uma negociação coletiva. Além disso, a reforma deixa sem proteção o trabalhador que precisa da justiça para ver os seus direitos garantidos.

A Justiça do Trabalho se caracteriza por ser uma justiça que tem um volume grande de processos apenas para o cumprimento de lei, como casos de trabalhador que não recebeu hora extra ou que não recebeu verbas rescisórias quando foi demitido. Estas são as ra-

zões do maior número dos processos trabalhistas.

A reforma dificulta e encarece o acesso à justiça, pois transfere para o trabalhador a obrigação de pagar os honorários do advogado do patrão, caso ele perca a ação. Quem procura a Justiça do Trabalho normalmente é o trabalhador desempregado ou que tem baixos salários. E se ele tiver de pagar as custas do processo, em caso de derrota, ficará com medo e vai desistir da ação.

Estas são apenas algumas das mudanças previstas na reforma trabalhista. Os especialistas dizem que serão necessários, no mínimo, uns dois anos para entender a extensão, o impacto e a profundidade delas na vida do trabalhador.

## OEA aceita denúncia e fará audiência sobre reforma trabalhista

Enquanto a maioria do Congresso Nacional se vende para salvar a pele de Michel Temer e entrega de bandeja os direitos trabalhistas, a CUT e parceiros do movimento sindical denunciam em órgãos internacionais a violação a direitos humanos que a reforma trabalhista representa.

Em resposta a uma solicitação da CUT, Nova Central e União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) promove no dia 23 de outubro, em Montevideu (Uruguai), uma audiência pública sobre a reforma trabalhista e a terceirização sem limites aprovadas no Congresso.

A audiência contará com representantes da Comissão, das centrais e do governo denunciado. O caso afeta a imagem do Brasil, que pode vir a ser in-



vestigado pela Assembleia da OEA e até mesmo processado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em petição enviada ao órgão, as centrais apontam que o Estado brasileiro está implementando alterações sociais profundas de forma acelerada e sem um debate social mais amplo.

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, Jandyra Ueha-

ra, aponta que a aceitação da denúncia é mais uma frente de lutas contra a reforma. “Nós defendemos a concepção de direitos humanos que envolve também direitos econômicos, sociais e ambientais, além das liberdades individuais. Tudo que integra a vida do ser humano. Ao acatar a denúncia, a Comissão Interamericana entende também que procede nossa denúncia de que a reforma trabalhista pode violar direitos humanos e não apenas direitos trabalhistas”, falou.

A reforma trabalhista e a terceirização representam um brutal ataque aos Direitos Humanos e o desrespeito a diversas normas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Elas fazem o Brasil regredir séculos em termos de relações de trabalho decente e de garantia aos Direitos Humanos e se não for breçadas, pode se tornar uma referência negativa para o mundo.